PROJETO DE LEI N° , DE 2023

(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Trata do estupro virtual, modificando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

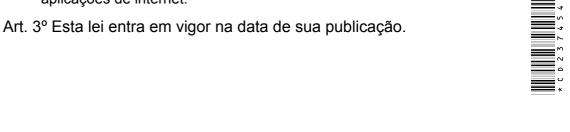
Art. 1º Trata do estupro virtual, modificando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

Art. 2º Os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

| 'Art. 213 |
|---|
| |
| Estupro Virtual |
| § 3º As penas cominadas neste artigo são aplicadas ainda que o crime seja praticado à distância, inclusive pelos meios digitais, como <i>sites</i> da rede mundial de computadores e aplicações de internet." |
| ['] Art. 217- A |
| |

Estupro Virtual de Vulnerável

§ 6º As penas cominadas neste artigo são aplicadas ainda que o crime seja praticado à distância, inclusive pelos meios digitais, como sites da rede mundial de computadores e aplicações de internet."





JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados é a caixa de ressonância dos mais lídimos anseios da sociedade. Assim, cumprindo minha missão constitucional, veiculo o presente reclamo popular

A criminalidade cibernética desafia a atenção do legislador, que não pode deixar o ordenamento jurídico à margem da criatividade *sceleris*.

Sobre os crimes sexuais na internet, os números são alarmantes:

Todos os dias cerca de 366 crimes cibernéticos são denunciados no Brasil, e as maiores vítimas são crianças e adolescentes. De acordo com dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2022, já foram registradas 1.150 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes nas redes. Em mais uma tentativa de conter esses crimes, o governo federal lançou uma campanha para reforçar a importância de denunciá-los.

(https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil-tarde/2022/10/campanha-alerta-para-crimes-sexuais-na-internet#:~:text=Todos%20os%20dias%20cerca%20de,crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20nas%20redes., consulta em 5/05/2023)

Trata-se de temática em voga em outros países, também: https://www.esafety.gov.au/women/online-abuse-targeting-women, consulta em 2/5/2023.

Portanto, é apresentada a proposta de inserção de parágrafos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, para o combate ao estupro virtual.

Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2023.





Deputada Federal LAURA CARNEIRO

2023-5746



